
ATA DA 38ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS (CONJUNTA COM A CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO)

Local: Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, em Brasília / DF.

Data: 07/11/2002

Início: 10h

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)

Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugosuarez@mj.gov.br)

Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho
(fernando.cabral@integracao.gov.br)

Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: (ausência)

Agência Nacional de Águas: Célia Cristina Moura Pimenta (celiacristina@ana.gov.br)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: (ausência justificada)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depe@prodase.com.br)

Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário:
(ausência)

Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: (ausência justificada)

Indústrias: Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)

Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: (ausência)

Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (vargasma@zaz.com.br)

Organizações não governamentais: Sérgio Antônio Gonçalves (sag61@uol.com.br)

CONVIDADOS:

Patrícia Helena Boson (tita@net.em.com.br)

Sanderson Alberto Medeiros Leitão (samleitao@mct.gov.br)

RELATORIA:

Rachel Landgraf de Siqueira (rachel.siqueira@mma.gov.br)

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (luiz.figueiredo@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Item I – Abertura dos trabalhos: (Pauta – anexo 1) Dr. Julio Thadeu, presidente da Câmara Técnica de Análise de Projeto – CTAP, comentou o que a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL discutiu nos dois dias anteriores (assuntos constantes da 37ª ATA CTIL). Item II – Aprovação da Ata da 17ª - CTAP e 36ª - CTIL reunião. Após algumas alterações sugeridas pelo Dr. Fernando Cabral (Ministério da Integração Nacional) e pela Dra. Cristina Yuan (segmento Indústrias), a Ata foi aprovada. O Dr. Cabral disse que gostaria que a Resolução ANA n.º 194, que dispõe sobre os procedimentos e critérios para a emissão do Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica – CERTOH, voltasse a ser discutida na Câmara porque observou, durante a plenária do Conselho em que ela foi referendada, que não houve um consenso em sua aprovação. Lembrou, inclusive, que a ANA se comprometeu voltar ao CNRH, no prazo de seis meses, para apresentar, aos conselheiros, os resultados de sua prática. O Dr. Julio informou que o tema constará de uma próxima reunião conjunta (CTAP e CTIL) e que a Secretaria Executiva do Conselho conferiu a resolução publicada. Disse que ela acata as sugestões do CNRH. O Dr. Fernando Cabral discordou, dizendo que entendeu que a exigência de apresentação do projeto base não constaria, na forma apresentada, da Resolução. A Dra. Cristina Mascarenhas, responsável pela Secretaria Executiva do CNRH, esclareceu que o único ponto aprovado pelo Conselho, e que seria incorporado à resolução, naquele momento, é a questão do prazo para a emissão do certificado, constante do caput do art. 3º da resolução. As demais sugestões ficaram de ser discutidas posteriormente entre a CTAP e a CTIL. O Dr. Di Bella sugeriu que a Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras também fizesse parte da análise conjunta porque o CERTOH dispõe sobre o assunto. A sugestão será analisada. Item III – Continuação do estudo da proposta de resolução sobre critérios gerais

para análise de projetos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados (anexo 2). O Dr. Julio Thadeu lembrou que o item havia sido objeto de análise final por Grupo de Trabalho sob coordenação da Dra. Cristina Yuan com o objetivo de sugerir ao CNRH alternativas de textos para a resolução. A Dra. Cristina então, fez um relato das atividades do grupo. Disse que por ter recebido sugestões de redação para a proposta de resolução vinda dos Ministérios da Integração Nacional e dos Transportes; da ANEEL; do setor de Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica; da Indústria; dos Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas; da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; e, também, do senhor Ailton Bodstein de Barros, professor da Universidade Federal Fluminense, optou por uma adequação do texto do documento, mas que também emitiu um parecer técnico onde explicita que seu voto não é contrário à resolução mas que a idéia precisa ser amadurecida. Ponderou que termos como "repercussões" e "extrapolar" precisam ser melhor definidos. Lembrou que a Lei 9.433/97, em seu art. 35, já estabelece que ao CNRH compete deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados. Sendo assim, o Conselho não precisaria de uma resolução para tal competência. Está previsto em lei. O Dr. Julio enfatizou que a resolução é importante porque, no futuro, alguém, por exemplo, pode alegar na justiça que não irá pagar pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos porque a outorga solicitada possui repercussão em outro estado e poderá questionar se isso foi aprovado no Conselho. O trabalho que a CTAP teve foi criar filtros para selecionar projetos que deveriam ser encaminhados ao CNRH. Advertiu que se a Câmara chegar à conclusão de que não deva existir a resolução, é preciso que seja explicado o porquê para que não haja, futuramente, barreiras legais que impeçam o andamento de obras. Todavia, pediu registro de seu voto favorável à existência da resolução. O Dr. Fernando Cabral opinou que é precipitado regulamentar uma ação sendo que para ela não existe demanda. O Conselho nunca recebeu um projeto para ser analisado. O Dr. Carlos Hugo Sampaio, conselheiro titular representante do Ministério da Justiça, disse que o medo de se embargar obras e projetos é precipitado porque caso seja detectado conflito, o CNRH poder ser acionado a qualquer momento. Ponderou que haverá percepção de repercussões apenas depois de obras concluídas, portanto a deliberação do Conselho não precisa ser prévia. O Dr. Julio disse que, independente de se encaminhar uma proposta de resolução ou não, é importante que todos conheçam as sugestões de texto enviadas ao Grupo de Trabalho. Após considerações de todos os presentes, a maioria dos membros da Câmara concordou com o encaminhamento, ao plenário do CNRH, do parecer, anexo (anexo 3), citados alguns trechos a seguir: "... Os incisos II e III do art.2º da proposta da CTAP nada mais faziam que reiterar competência do CNRH, já prevista na Lei nº 9.433/1997 que, de forma mais abrangente, lhe atribui não só o poder de dirimir situações de conflito entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, mas também de decidir sobre questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos Conselhos Estaduais e pelos Comitês de Bacia. Não há dúvida de que nessa competência se inclui a hipótese de deliberar sobre projetos encaminhados por aqueles órgãos (art.35, II e IV). Ademais, nos termos em que a CTAP elaborou a proposta - sem definir, com relativa precisão, a amplitude e qualificação do que significa repercussões que extrapolem o âmbito dos Estados - ela poderia propiciar que qualquer projeto fosse submetido à apreciação do CNRH e levar ao enfraquecimento da atuação dos Comitês de Bacia; o que contraria, frontalmente, os objetivos da política de descentralização instituída pela Lei nº 9.433/97. Com efeito, a atribuição conferida ao CNRH pelo inciso III em apreço merece ser mais bem examinada e interpretada pelos operadores da lei, de modo a se perquirir a real vontade da lei, considerando todo o disciplinamento da gestão dos recursos hídricos. Assim, surgiram algumas questões: 1. A regra do citado inciso III destina-se somente aos Comitês da Bacia de rios estaduais, já que os projetos a serem implantados nas bacias de rios federais necessariamente repercutiriam em outros Estados, ou se destina a projetos de quaisquer bacias, necessitando, nesse caso, de uma definição prévia para limitar a abrangência do dispositivo ?; 2. Todo projeto implantado em um corpo d'água, que não fosse de domínio de um Estado, teria que ser submetido necessariamente ao CNRH ?; 3. O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos já está implementado e suficientemente amadurecido e com experiência para caracterizar e definir quais projetos terão repercussões que extrapolem o âmbito dos Estados?; 4. Não seria a verdadeira intenção da lei referir-se a projetos de interesse nacional, cujas repercussões, além de extrapolar as fronteiras do

Estado, extrapolassem também as fronteiras da Bacia Hidrográfica, onde seriam implantados, uma vez que, nesse caso, tais repercussões estariam além da área de atuação dos Comitês de Bacia e dos respectivos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos?. Como se verifica, há inúmeras dúvidas e controvérsias que precisam de tempo para serem equacionados pelo Sistema. Entretanto, é importante ressaltar que, a despeito disso, continua o CNRH habilitado a exercer a competência que lhe foi outorgada pela lei, de deliberar sobre os projetos que os Comitês e os Conselhos, ou mesmo os competentes órgãos gestores, entenderem que devam ser submetidos à sua apreciação, seja pela sua importância e magnitude, seja pela ocorrência de conflitos entre os usuários ou entre os Comitês e Conselhos. Em vista disso, a CTIL e a CTAP consideram necessário que seja estabelecida uma resolução específica para definição de formas e critérios de encaminhamento, para deliberação do CNRH, de projetos e questões de sua competência.”

IV - Assuntos gerais: não houve. Às 12h30, o Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Ata aprovada na 42ª reunião da CTIL, realizada em 29 de janeiro de 2003.

JULIO THADEU SILVA KETTELHUT

FIGUEIREDO

Presidente da Câmara Técnica

RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA
LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO

Relatores